



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682033 - SP (2021/0230308-0)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : ADAM MARTINS  
**ADVOGADO** : ADAM MARTINS - SP350034  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VIVIAN CHRISTINA DE ARAUJO MARINHO (PRESO)  
**CORRÉU** : ANA CAROLINE LOPES OLIVEIRA  
**CORRÉU** : THIAGO DANYEL SAIA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de VIVIAN CHRISTINA DE ARAUJO MARINHO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 074635-33.2020.8.16.0000).

A paciente foi presa em flagrante e denunciada (folhas 35/86 e 16/19), sob acusação do delito tipificado no “art. 121, § 2.º, incisos I, III e IV, c.c. art. 14, inciso II, todos do Código Penal”, mas não estão presentes os requisitos da prisão preventiva.

A defesa sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o flagrante foi convertido em prisão preventiva sem a devida fundamentação; que a prisão está baseada somente na gravidade abstrata do delito, sem gravidade concreta, e não há elementos que façam presumir que a instrução ou aplicação da lei penal estejam em perigo.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva imposta ao paciente, nos termos do artigo 316 do CPP, permitindo recorrer em liberdade ou, alternativamente, sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão, nos termos dos art. 282 c/c art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, observa-se que foram declinados os fundamentos para justificar a manutenção da custódia cautelar do paciente (e-STJ fls. 512/514):

*Neste caso, cabe destacar que a materialidade do delito imputado à paciente, ainda que contestada na impetração, está sendo esclarecida no Juízo de Conhecimento; pois, após a percepção do erro no laudo de exame de corpo de delito, pelo Ministério Público (folhas 175/176 dos autos principais), foi oficiado “com urgência ao Hospital Santa Therezinha, requisitando o envio da ficha de atendimento médico legível da vítima, com a máxima urgência, sob pena de desobediência” (folha 177 dos autos principais). Assim, nas folhas 186/187 dos autos principais aportou, ali, informação do referido nosocômio, sobre a ficha de atendimento médico-ambulatorial da vítima Aline Christina de Oliveira Lima, onde consta que sofrera agressões*

*físicas provocadas por duas pessoas, com lesões causadas por arma branca nas duas pernas e no crânio. Portanto, a princípio, nesta restrita via, como acima já disposto, não cabe a valoração de provapericial; contudo, trata-se de indício veemente da ocorrência do crime imputado à paciente.*

*Visto isso, Aline Christina de Oliveira Lima, presa em flagrante e denunciada (folhas 35/86 e 16/19), sob acusação do delito tipificado no “art. 121, § 2.º, incisos I, III e IV, c.c. art. 14, inciso II, todos do Código Penal”, deve continuarsob a custódia do Estado; estão demonstrados a materialidade e os indícios de autoria.*

*Consta que ela e outros dois acusados, “agindo em concurso caracterizado pela unidade de desígnios, com manifesta intenção homicida, embuídos de motivo torpe, com emprego de meio cruel e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, tentaram matar Aline Christina de Oliveira Lima, causando-lhe lesões que atingiram a região da cabeça e pernas”, e somente não atingiram seu objetivo porque a vítima conseguiu fugir. No caso em tela, em análise aos autos, não há elementos que permitam concluir que há flagrante ilegalidade na prisão da paciente.*

*Pois, a decisão que converteu o flagrante em prisão preventiva (folhas 20/21), encontra-se bem fundamentada, ao aduzir que a segregação cautelar é necessária em razão da gravidade concreta do delito.*

*Os fatos são graves e reveladores de periculosidade da investigada; sua liberdade inegavelmente coloca a vítima em efetivo perigo de morte, razão pela qual, por ora, é cabível sua restrição por conveniência da instrução criminal e como garantia da ordem pública, para que se apurem e esclareçam os fatos com maior profundidade.*

Assim, ao contrário do que a defesa aduz, observa-se que a fundamentação do acórdão combatido, bem como na decisão de pronúncia, a qual manteve a segregação cautelar do acusado, demonstra de maneira suficiente e adequada o fator que consubstancia a necessidade da prisão como ferramenta *periculum in libertatis* garantidora da ordem pública, em virtude da periculosidade concreta do paciente, representada pelo modo de execução do crime.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência